



Saquarema, 06 de janeiro de 2026.

Ofício nº 012/2026

Câmara Mun. Saquarema  
Protocolo nº 013

**Assunto: VETO TOTAL ao Projeto de Lei nº 244/2025**

15 JAN 2026

Excelentíssimo Senhor Presidente,

Sirvo-me do presente para, no exercício da prerrogativa prevista no § 1º do art. 50 da Lei Orgânica do Município de Saquarema, apor **VETO TOTAL** ao Projeto de Lei nº 244/2025, que "revoga a Lei nº 2.437/2023 e dá nova redação à declaração de Patrimônio Cultural Histórico e Material do Coreto do Império do Divino Espírito Santo, localizado no Centro do Município de Saquarema, e dá outras providências".

De início, cumpre consignar o mais elevado apreço do Poder Executivo pela iniciativa do Edil autor da proposição em reconhecer o elevado valor histórico, cultural e simbólico do Coreto do Império do Divino Espírito Santo para memória e identidade cultural do Município de Saquarema.

Justamente por esse elevado valor histórico e simbólico, impõe-se que a tutela jurídica do referido bem seja exercida com máxima estabilidade normativa, segurança jurídica e coerência legislativa, a fim de preservar, sem qualquer descontinuidade, os efeitos protetivos já consolidados.

Ocorre que a matéria objeto do Projeto de Lei nº 244/2025 já se encontra integralmente disciplinada pela Lei Municipal nº 2.437, de 17 de agosto de 2023, norma vigente, eficaz e plenamente apta a assegurar o reconhecimento do Coreto do Império do Divino Espírito Santo como Patrimônio Cultural, Histórico e Material do Município de Saquarema.

A proposta de revogação dessa lei para, em seguida, reeditar nova declaração de idêntico conteúdo material, embora bem-intencionada, não acrescenta inovação jurídica substancial, podendo, ao revés, gerar insegurança normativa, especialmente no tocante à continuidade dos registros administrativos, cadastros patrimoniais e atos de preservação já praticados com fundamento na legislação em vigor.

A boa técnica legislativa recomenda que normas válidas e eficazes sejam preservadas sempre que atinjam plenamente seus objetivos, evitando-se revogações desnecessárias que possam comprometer a clareza, a estabilidade e a racionalidade do ordenamento jurídico municipal.

Ressalte-se, por oportuno, que o presente veto não representa qualquer divergência quanto ao mérito cultural da proposição, tampouco diminui a relevância da iniciativa parlamentar, mas reflete, exclusivamente, o dever constitucional do Chefe do Poder Executivo de zelar pela segurança jurídica, pela técnica legislativa e pela continuidade das políticas públicas já legitimamente instituídas.





Estado do Rio de Janeiro  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SAQUAREMA  
GABINETE DA PREFEITA

Diante do exposto, **VETO TOTALMENTE** o Projeto de Lei nº 244/2025, em razão de sua incompatibilidade com a legislação ambiental, da afronta ao art. 225 da Constituição Federal e da indevida interferência do Poder Legislativo em atribuições administrativas e técnicas do Poder Executivo, nos termos do § 3º do art. 50 da Lei Orgânica do Município de Saquarema.


Cordialmente,

  
Lucimar Pereira Vidal da Costa  
Prefeita

Exmo. Sr.  
Odinei Garcia Ramos  
Presidente da Câmara Municipal de Saquarema

[Câmara Mun. Saquarema]  
Protocolo nº 013

15 JAN 2026

  
[Funcionário]